



COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Comitê de Auditoria Estatutário

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 18 - São Paulo/SP - CEP 01042-000
Telefone: 33968193

ATA Nº 077. REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Em 15 de junho de 2026, às 09h00, reuniu-se, em formato híbrido (*Microsoft Teams*), o **COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO** da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, com a participação de seus membros **ANDRE LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS** (coordenador), **DEMÉTRIO COKINOS** e **JOELSON OLIVEIRA ÚBIDA SAMPAIO**, contando também com a presença do Diretor Administrativo e Financeiro - PAULO EDUARDO SOARES JUNIOR, do Diretor de Planejamento e Projetos - IVAN CARVALHO MORAES, do Ouvidor - IURI ARTUR MIRANDA DE ANDRADE, do Superintendente de Marketing Mídia e Educação - FÁBIO NIGRO GONZALEZ, da Supervisora do Departamento de Planejamento e Controle Administrativo e respondendo pela Superintendência Administrativa - ÂNGELA CAROLINA MENDES ROSSI ARRUDA, do Gerente de Planejamento da Mobilidade e Segurança - EDUARDO DA SILVA PEREIRA, do Gerente de Marketing e Comunicação - SERGIO RICARDO DO AMARAL, do Analista de Gestão respondendo pela Gerência de Orçamento e Contabilidade - FRANCISCO TADEU GONÇALVES, do Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional - JULIO CESAR ANGELO MARTINELLI, que secretariou a reunião, do Supervisor do Departamento de Auditoria Interna - ROBSON FEITOSA DA SILVA, do Supervisor do Departamento de Estudos e Simulação de Tráfego - LUIZ ALBERTO GONÇALVES REBELO, do Supervisor do Departamento de Assuntos Corporativos - PEDRO IVO BIANCARDI BARBOSA, da Supervisora do Departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança - MARINA PEREIRA RISSARDO, da Gestora de Trânsito do Departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança - KATIA DE CASSIA JOVANINI, do Gestor de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa - TEIDY HIRASAKA, da Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa - LUCIANA CRISTINA SCIAN DELBEM, e do Analista de Gestão do Departamento de Auditoria Interna - CARLOS DA SILVA MENEGUETTI. Iniciaram-se os trabalhos tratando dos seguintes assuntos pautados na **ORDEM DO DIA: 1. Plano Geral de Auditoria Interna de 2026 - Atualização de maio de 2026:** O Supervisor do Departamento de Auditoria Interna, Robson Feitosa da Silva, apresentou, nos termos do **Anexo I** (Execução do Plano Anual de Auditoria), a atualização da execução do Plano Geral de Auditoria de 2026, destacando o panorama dos trabalhos em andamento, os expedientes em tramitação entre as áreas, as auditorias concluídas no exercício e os processos encaminhados para arquivamento, conforme o Quadro Resumo de Andamento das Auditorias. Foram evidenciadas auditorias relacionadas a contratos, patrimônio, inventários, sistemas, imóveis e depósitos judiciais, demonstrando o acompanhamento contínuo das ações previstas no Plano Anual de Auditoria. Durante a apresentação, os membros do Comitê questionaram os prazos para devolutiva dos relatórios encaminhados às áreas da CET e sugeriram que, nos casos de atraso, os gestores e diretores responsáveis sejam convocados para prestar esclarecimentos na reunião subsequente do CAE. Também recomendaram o aprimoramento do quadro de acompanhamento, com a inclusão das datas de encaminhamento, das prorrogações concedidas e de suas respectivas justificativas. Em resposta, a Administração

informou que está implantando um novo fluxo eletrônico para monitoramento das solicitações e devolutivas, razão pela qual solicitou que o Comitê formalize a sugestão por e-mail. Ao final, foi ressaltada a importância do registro formal das demandas e do acompanhamento sistemático por todos os envolvidos no processo.

2. Demonstrativos Contábeis - Atualização de abril de 2026: O Analista de Gestão, respondendo pela Gerência de Orçamento e Contabilidade, apresentou, nos termos do **Anexo II** (Demonstrações Contábeis), os principais aspectos das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período de janeiro a abril de 2026, abordando a evolução do resultado do exercício, o balanço patrimonial, o fluxo de caixa, a execução orçamentária dos contratos e convênios firmados com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT, bem como os principais indicadores patrimoniais e financeiros e a matriz de riscos associada às demonstrações contábeis. Informou que a CET registrou prejuízo de R\$

no mês de abril e prejuízo acumulado de R\$

no exercício de 2026, decorrente de receita operacional bruta de R\$

e despesas operacionais de aproximadamente R\$

Destacou, ainda, que as provisões para contingências judiciais totalizavam R\$

, dos quais aproximadamente R\$

correspondiam às contingências trabalhistas, apontadas como o principal fator de impacto negativo no resultado da Companhia. Durante os debates, os membros do Comitê solicitaram ajustes na apresentação, especialmente quanto à representação gráfica dos valores do ativo e passivo não circulantes e do patrimônio líquido, bem como a inclusão de esclarecimento sobre a nomenclatura "valores congelados" utilizada na apresentação da execução orçamentária. Em resposta, a Gerência de Orçamento e Contabilidade comprometeu-se a revisar os gráficos e encaminhar aos membros versão atualizada da apresentação. Também foi esclarecido que o fechamento do balancete ocorre com defasagem em razão do processamento das despesas do plano de saúde, especialmente durante a transição do modelo de autogestão para a operadora Notre Dame Intermédica, circunstância que impactou a consolidação tempestiva das informações contábeis. Informou, ainda, que o resultado apurado em 2026 reflete, principalmente, o aumento das despesas com pessoal, adicional de periculosidade, Programa de Participação nos Resultados - PPR e provisões para contingências judiciais, aliado à ausência de receitas extraordinárias registradas no exercício anterior, como os efeitos decorrentes da imunidade tributária. Na sequência, os membros do Comitê solicitaram esclarecimentos acerca dos procedimentos de classificação, contabilização e atualização das contingências judiciais, ressaltando a importância da integração entre as áreas Contábil e Jurídica, bem como da adoção de estratégias voltadas à mitigação do crescimento dessas despesas. Foi esclarecido que a classificação das contingências quanto à probabilidade de perda (provável, possível ou remota) é de competência da Superintendência Jurídica, cabendo à Gerência de Orçamento e Contabilidade efetuar os respectivos registros contábeis, com constituição de provisões para perdas prováveis e divulgação das demais em notas explicativas. Informou, ainda, que a atualização dos depósitos judiciais e das contingências é realizada mensalmente mediante aplicação automática dos índices de correção, sendo os respectivos relatórios disponibilizados após o dia 15 de cada mês. O Diretor Administrativo e Financeiro destacou o compromisso da Administração em fortalecer a integração entre as áreas e aprimorar a qualidade

das informações apresentadas ao Comitê. Os membros do Comitê destacaram que, além das contingências judiciais, outros fatores relevantes também vêm impactando os resultados da Companhia, notadamente o crescimento das despesas com pessoal, encargos e provisões associadas, bem como a evolução de determinadas despesas operacionais. Nesse contexto, recomendaram o aprofundamento das análises gerenciais relativas aos principais componentes de custo e às provisões judiciais, de modo a subsidiar a avaliação de medidas voltadas ao equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Ao final, ficou acordado que a Superintendência Jurídica compartilhará com os membros do CAE as estratégias adotadas para mitigação das despesas judiciais, permanecendo facultado aos membros o encaminhamento de questionamentos complementares por meio eletrônico.

3. Elaboração do Termo de Referência para contratação dos serviços de Auditoria Externa Independente: A Supervisora do Departamento de Planejamento e Controle Administrativo, respondendo pela Superintendência Administrativa, apresentou os principais aspectos do Termo de Referência para contratação dos serviços de Auditoria Externa Independente, esclarecendo que o escopo contemplará a análise das informações relacionadas ao Relatório da Administração, sem sua integração com a Carta de Governança ou com o Relatório de Sustentabilidade, os quais poderão ser objeto de contratação específica caso a Administração assim entenda. Informou que a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, observando requisitos mínimos de qualificação técnica, dentre os quais experiência comprovada na prestação de serviços a empresas de grande porte, caracterizadas por faturamento superior a R\$ [REDACTED] ou ativo total superior a R\$ [REDACTED], além da apresentação de, no mínimo, três atestados de capacidade técnica relativos a serviços similares e registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Durante os debates, os membros do Comitê sugeriram que a Administração avalie a adoção do Relatório Integrado como prática de governança de forma recomendável, mas não obrigatória, preservando a flexibilidade administrativa e a coerência com as práticas adotadas em exercícios anteriores.

4. Investimentos e Projetos de Infraestrutura: O Gestor de Trânsito do Departamento de Estudos e Simulação de Tráfego apresentou, nos termos do **Anexo III** (Investimentos e Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Urbana e Acessibilidade), o andamento dos projetos funcionais da Área Calma da Avenida Atlântica e da Rota Acessível da Parada Pinto, destacando as intervenções previstas para qualificação do espaço urbano, promoção da segurança viária, ampliação da acessibilidade e melhoria das condições de circulação de pedestres e ciclistas. Informou que os estudos se encontram em fase de desenvolvimento, com previsão de conclusão dos projetos funcionais até julho de 2026, quando serão iniciadas as etapas subsequentes para viabilização das intervenções.

5. Elaboração do Termo de Referência para contratação do novo Sítio Eletrônico Institucional: O Superintendente de Marketing e Educação apresentou o andamento da elaboração do Termo de Referência destinado à contratação do novo portal institucional da Companhia, informando que a minuta foi revisada e encaminhada às áreas de Tecnologia da Informação e Ouvidoria para análise técnica, com ênfase nos requisitos de segurança da informação, proteção de dados pessoais, acessibilidade e conformidade normativa. Esclareceu que, durante sua elaboração, foram incorporadas contribuições e boas práticas extraídas de Termos de Referência adotados por outros órgãos da Administração Pública, com o objetivo de aprimorar o escopo da contratação e conferir maior segurança jurídica e técnica ao processo. Informou, ainda, que, após a consolidação das manifestações das áreas envolvidas, o documento será submetido à Comissão Permanente de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, para avaliação quanto à conformidade com a legislação aplicável, antes do prosseguimento dos trâmites administrativos para a contratação.

Destacou que as contribuições das áreas técnicas têm por objetivo assegurar que o futuro portal institucional atenda aos requisitos de transparência, segurança da informação, acessibilidade digital, governança e proteção de dados, observando as melhores práticas da Administração Pública. **6. Portal da Transparência - Atualização de maio de 2026:** O Ouvidor apresentou o andamento das ações relacionadas à atualização do Portal da Transparência da Companhia, informando que o processo encontra-se parcialmente prejudicado em razão da ausência de manifestação da PRODAM quanto às demandas técnicas encaminhadas pela CET. Esclareceu que, diante desse cenário, serão adotadas novas medidas para obtenção de resposta, incluindo a formalização de reunião entre as equipes técnicas e o reforço das cobranças institucionais, com o objetivo de viabilizar a atualização dos arquivos e assegurar a regularidade das informações disponibilizadas ao público. Durante os debates, os membros do Comitê destacaram a importância de estabelecer um cronograma de execução contendo as principais etapas, responsáveis e prazos, de modo a possibilitar o acompanhamento sistemático da evolução dos trabalhos e conferir maior previsibilidade às ações voltadas ao aprimoramento da transparência institucional. O Comitê ressaltou, ainda, que o monitoramento periódico dessas atividades contribuirá para o fortalecimento dos mecanismos de transparência, prestação de contas e conformidade da Companhia perante os órgãos de controle e a sociedade. **7. Ciência da Revisão 2 do Plano Tático 2026, aprovada em Reunião de Diretoria realizada em 12/06/2026:** A Supervisora do Departamento de Planejamento e Controle Administrativo, respondendo pela Superintendência Administrativa, e a Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa apresentaram, nos termos do **Anexo IV** (Revisão 2 do Plano Tático 2026 - CDI), a segunda revisão do Plano Tático da Companhia para o exercício de 2026, destacando as principais alterações promovidas em relação à versão anterior. Esclareceram que as revisões decorreram, principalmente, da atualização das projeções das despesas operacionais, com destaque para as provisões relacionadas às contingências judiciais, bem como da necessidade de adequação das metas, indicadores e premissas à realidade operacional e financeira da Companhia, em atendimento às orientações expedidas pelo Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta - COGEAI. Informaram, ainda, que a versão apresentada encontra-se em fase final de consolidação, aguardando a conclusão dos trâmites perante as demais instâncias competentes, após o que será formalizada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI e encaminhada ao COGEAI até o final do mês de junho, em observância ao cronograma estabelecido pelo órgão central. Durante os debates, os membros do Comitê ressaltaram a importância de que as revisões do Plano Tático reflitam, de forma tempestiva e consistente, as alterações do cenário econômico-financeiro da Companhia, assegurando o alinhamento entre o planejamento institucional, a execução orçamentária e os indicadores de desempenho, bem como a adequada prestação de informações aos órgãos de governança e controle. **8. Apresentação da estrutura do Relatório de Sustentabilidade 2025:** A Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa apresentou, nos termos do **Anexo V** (Proposta de Estrutura do Relatório de Sustentabilidade CET 2025), a proposta de estrutura do Relatório de Sustentabilidade da Companhia, detalhando a metodologia de elaboração, os eixos temáticos, os indicadores de desempenho e as principais diretrizes que nortearão sua consolidação. Esclareceu que o documento tem por finalidade reunir e divulgar, de forma integrada e transparente, informações relativas ao desempenho institucional da CET nos aspectos ambiental, social, de governança e econômico-financeiro, fortalecendo a prestação de contas, a transparência e o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade. Durante os debates, os membros do Comitê recomendaram o aprimoramento da apresentação das informações, com especial atenção à

padronização e atualização dos gráficos, ao aperfeiçoamento da disposição dos dados e à inclusão de informações consideradas relevantes para proporcionar maior clareza, comparabilidade e consistência ao relatório. Foi informado que a previsão de divulgação do Relatório de Sustentabilidade é o mês de novembro de 2026, em razão da necessidade de consolidação dos resultados finais do Compromisso de Desempenho Institucional – CDI. Não obstante, os membros do Comitê sugeriram que a Administração avalie, em conjunto com as áreas responsáveis, a possibilidade de antecipação da obtenção dessas informações, de modo a viabilizar a conclusão e a divulgação do relatório em prazo inferior ao inicialmente previsto, caso as condições técnicas e operacionais assim permitam. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião às 12h15, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada eletronicamente por todos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET. São Paulo, 15 de junho de 2026.

A autenticidade, a integridade e a autoria deste documento poderão ser verificadas por meio do

respectivo registro eletrônico de assinaturas mantido pela Companhia.

Classificação da Informação: Documento Público | **Processo SEI nº 7410.2026/0001007-1**

Disponível em: <https://www.cetsp.com.br/consultas/acesso-a-informacao/institucional/comites.aspx> &
https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/adm_indireta/cet



André Luiz Carneiro de Vasconcellos
Membro do Comitê

Em 28/07/2026, às 15:01.



Joelson Oliveira Úbida Sampaio
Membro do Comitê

Em 28/07/2026, às 16:04.



Demetrio Cokinos
Membro do Comitê

Em 29/07/2026, às 12:26.



Julio Cesar Angelo Martinelli
Secretário(a) da Reunião

Em 29/07/2026, às 12:29.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **161897083** e o código CRC **F101BA37**.

